

Que vinte e nove de julho de mil novecentos e
vinte e dois, nesta vila de Batareja e moradas de
Doutor e Antonio Farias e Afonso e Cunha, pre-
sente foi reclamada a minha presença, este meu
Mamuel Rodrigues Jones, notário nesta co-
munidade e ao testemunhas idoneas, minhas conhe-
cidas, no fim designadas, compareceram
os senhores Dom Juan de Guinea y Bastera,

Casado, engenheiro, morador na rua Duque de Porto, palacete Dijon, da cidade do Porto, cidade compulsa que ledeira parecendo de intermédio por confecer e falar o idioma portuguez; Doutor José Marques Pereira Barata, casado, engenheiro, da Quinta da Costeira, freguesia de Pedimico, desta Comarca de Ovar; Doutor Guilherme Cerveira de Lousa Alves, solteiro, maior, advogado, esta vila de Estarreja; Doutor António Tavares Afonso e Cunha, solteiro, maior, proprietario, morador nesta casa; Manuel Maria Esteves de Oliveira, casado, industrial, residente nesta vila; Manuel Soares Ferreira, casado, negociante, esta mesma vila; João Carlos da Silveira Pinto Camelo, casado, farmaceutico, do lugar da Figueira, freguesia de Aveia, desta Comarca; Doutor João Antonio de Alencar Freire, viuvo, medico, do lugar da Aldeia, da mesma freguesia de Aveia; José Maria Dias Pereira, casado, proprietario, da Póvoa do Boique, freguesia de Pedimico, desta Comarca; Gregório da Silva Pinho, casado, negociante, esta vila; José Marques de Oliveira e Silva, casado, negociante, esta mesma vila; Augusto José Ferreira, casado, commerciante, da Praça, freguesia

de Bedmilo, desta Comarca; Francisco de Oliveira Marques, Casado, negociante, desta vila; Elhamel Pereira de Sousa, Casado, cirurgião-dentista, morador nesta vila, e Estilino dos Santos Leite, Solteiro, maior, negociante, residente nesta mesma vila, sendo todos menos Confessados. - É por todos os outorgantes foi dito - que, ao abrigo das respectivas disposições legais, haviem constituído uma Sociedade anónima, de responsabilidade limitada, (que será regida pelas seguintes disposições digo enjos estatutos) digo limitada, que será regida pelas seguintes Estatutos, os quais recorreem á presente escritura, afim de sustinir todos os seus efeitos, pela maneira seguinte: **Capitulo primeiro - Denominação. Sede. Objecto e duração.** e Artigo primeiro - Em harmonia com a respectiva legislação vigente e nos termos dos presentes Estatutos é fundada uma Sociedade anónima de responsabilidade limitada, que acota a denominação de "Companhia de Portuços Antuã". **Artigo segundo** - Esta sociedade tem a sua sede e foi fundada no Porto na praça da Liberdade, vinte e oito e vinte e nove, filial da casa bancaria Pinto & Lobo Maior, podendo estabelecer agências em quaisquer outras formas

31
Machado
de representação no país ou no estrangeiro. **Artigo terceiro** - A sociedade tem por objecto: Primeiro - a preparação de Camurças, Couros, peles e mais artigos similares e derivados empregados na generalidade da, sob a denominação de industria de Portuços. Segundo - efectuar toda a especie de contractos e operações Comerciais e financeiras, que directa ou indirectamente digam respeito em interesses no seu objecto. Terceiro - Promover quaisquer empreendimentos e explorar qualquer outro ramo de negocio, excepto o bancario, podendo para esse efeito adquirir e transaccionar, mediante os meios legais, mercadorias, bens moveis e immoveis, privilegios e garantias, mediante previa deliberação social. **Artigo quarto** - A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se para todos os efeitos e seu começo desde um de junho de mil novecentos e vinte e dois. **Capitulo segundo - Organização financeira. Secção primeira - Capital.** **Artigo quinto** - O capital social é formado e este já em quinhentos mil escudos, representado por cinco mil accções de Cem escudos cada uma, o qual se acha integralmente subscrito e já realizado. **Paragrafo primeiro** - O capital social poderá ser de

da sociedade. Paragrafo primeiro - A mesa da assembleia geral compõe-se de: um presidente, um vice-presidente, dois secretários e dois vice-secretários, eleitos trienalmente de entre os acionistas elegíveis, sendo permitida a reeleição. Paragrafo segundo - Qualquer acionista, com direito a voto pode fazer-se representar na assembleia, devendo o mandato ser provado por carta cuja assinatura o presidente da assembleia geral poderá fazer reconhecer quando o fôr necessário, ou por outro qualquer documento legal de procuração, não podendo o mandato ser substituído. O documento do mandato deve ser entregue na sede da sociedade, dez dias, pelo menos, antes da data da reunião. Artigo decimo segundo - A assembleia geral, exceptuando os casos previstos pelo segundo periodo do artigo decimo sexto, Constitue-se com a presença, Artigo decimo terceiro, Constitue-se com a presença ou representação de um minimo de dez acionistas, que representem pelo menos uma quinta parte do capital social. A assembleia geral reunirá ordinariamente no primeiro trimestre de cada anno social, podendo reunir-se extraordinariamente quando a direcção ou o Conselho fiscal o entenderem

ou por effecto de requerimento em que se mencione o fim da reunião e que deverá ser firmado por um grupo de oito acionistas que representem, pelo menos, um quarto do capital social. Artigo decimo terceiro - A assembleia geral ordinaria e extraordinaria para deliberar sobre contas, relatórios, pareceres e propostas apresentadas pelos corpos gerentes. A assembleia geral extraordinaria poderá deliberar sobre a modificação dos estatutos, dissolução e modificação da sociedade, devendo as suas resoluções ser tomadas por um numero de acionistas que representem, pelo menos, metade do capital. Capitulo quarto - Administração e fiscalização - Artigo decimo quarto - A administração da sociedade, compete a uma direcção, que será composta de tres membros effectivos e tres substitutos, promoveiros de um minimo de cinquenta accções cada um, eleitos trienalmente, com a faculdade de reeleição e que deverão conciliar a sua gerencia com o disposto previo de cinquenta accções na caixa da sociedade. Paragrafo primeiro - A direcção elegirá de entre os seus membros um para presidente, que será o director delega- do. Paragrafo segundo - A direcção de

verá reunir ao menos uma vez por mês. **Paragrafo terceiro** - Cada membro da direcção receberá mensalmente a quantia de cinquenta réis, além do que fica exposto (na alínea) go exposto no numero terceiro do artigo decimo, recebendo o director delegados, sem os seus mensais. **Artigo decimo quinto** - Compete á direcção: **Primeiro** - designar um ou primeira reunião o respectivo presidente e director delegados, distribuindo os seus trabalhos entre os membros, e assim o julgar mais conveniente para os interesses da sociedade; **segundo** - dar cumprimento, quando e como julgar conveniente para os interesses da mesma, ao disposto nos artigos segundo e terceiro e no paragrafo primeiro do artigo quinto dos estatutos; **terceiro** - nomear e demittir quaisquer empregados, fixando os seus vencimentos, salarios, beneficios e concessões; **Quarto** - representar a sociedade nas suas relações com terceiros ou em juizo, acompanhando e resolvendo sobre quaisquer pleitos e procedimentos judiciais, concernentes aos interesses da sociedade, podendo renunciar a quaisquer direitos e privilegios e constituir mandatários

para a pratica dos actos que necessarios forem. **Paragrafo unico** - Os documentos de responsabilidade deverão ser assinados por dois directores ou por um deles e qualquer outra entidade a quem a direcção expressamente confiar esse poder. **Artigo** - Compete ainda á direcção fiscalizar a escrita da sociedade e a marcha dos trabalhos nas suas fabricas ou installações, expedindo todas as instrucções, regulamentos e ordens atinentes á melhor organisação dos serviços, á determinação das fundações dos empregados e demais pessoal e praticar todos os actos indispensaveis á defesa e garantia dos interesses e direitos da sociedade, e finalmente contratar e nomear o gerente, mediante contracto em que se estipulem as condições de segurança e vantagens que se julgar mais favoraveis aos interesses mutuos. **Artigo decimo sexto** - O Conselho fiscal, que se compõe de tres membros efectivos e tres suplentes, competem as attribuições designadas pela lei. **Paragrafo unico** - O Conselho fiscal reunirá pelo menos uma vez por mês, e cada um dos seus membros perceberá como remuneração de serviços a quantia de

M. M. M.

ninte credos por cada resda. Capitulo quin-
to - Dissolucao e liquidacao - Artigo
decimo ultimo - A sociedade dissol-
ve-se e liquida-se nos termos seguintes. Ca-
pitulo sexto - Disposicoes diver-
sas - Artigo decimo oitavo - O ano
social comeca para todos os efeitos a contar-
se desde um de janeiro de mil novecentos e vin-
te e dois. Artigo decimo nono - A so-
ciedade toma a seu cargo o pagamento da
contribuicao industrial do corpo de gerentes, dos
empregados e assalariados. Artigo vigesi-
mo - Dentro de trinta dias, a contar da da-
ta da escritura de constituicao da sociedade, re-
unir-se-hao os seus acionistas em assembleia
geral para se proceder a eleicao da respectiva
Junta e do Conselho fiscal. Artigo vi-
gesimo primeiro - A direccao no primeiro
exercicio fica constituida pelos seguintes acionistas:
Effectivos - Doutor Antonio Barreiros e Moura e
Almeida, Don Juan de Guimer y Brasera e
Doutor Guilherme Eugenio de Sousa Alves. Sub-
stitutos - Augusto Jose Ferreira, Jose Marques
de Oliveira e Silva, Joao Carlos da Silveira
Pinto Carmelo. - E que desta forma ficava con-

stituida a sociedade de que se trata e firmam por
outorgados os Estatutos por que ha de ser regida.
E assim o disseram e outorgaram, do que con-
fi. - Os outorgantes apresentaram-me dois docu-
mentos, que no meu cartorio nao ser para o de-
vito effecto, archivados: a) uma guia pela qual
me provaram ter sido feito, na tesouraria
da Fazenda Publica deste Conselho, o deposito a
que se refere o artigo, cento e sessenta e dois mil
e tres, do Artigo Commercial; b) uma certidão
passada em cartorio do meu cartorio na Repar-
ticao do Commercio pela qual se prova nao en-
trar ali inscrita qualquer sociedade com deno-
minação idêntica à de que se trata, ou alguma
por ter forma semelhante que possa induzir em
erro. - Foram testemunhas continuamente pre-
sentes José Soares da Silva, casado, negociante e
Antonio Miranda, casado, negociante ambos da
ilha, os quais não assina. Com todos os outor-
gantes depois de na presença dos mesmos outor-
gantes e testemunhas esta escritura ser lida
em voz alta por mim notario, que tambem
assino. O pelo de valor de dois mil
duzentos e cinquenta e tres credos, paga-
do por meio de guia archivada no final desta

livro - Foram praticadas, segundamente, num só acto, as formalidades legais. Resolvo: a revogar a linha vinte e quatro e vinte e cinco de folhas trinta, que diz "Cf. quarto José Ferreira, casado, comerciante, da fazenda a linha cinco de folhas trinta e duas, que diz "seguinte" e a emenda a linha vinte e quatro da página octavo, q. diz "foi".

Chapman & Barker

João Wagner Pereira Barreto

Mydarchis foveolata affinis aequilae

Maria Estela Pinna

Manoel Soares Fereira

João Carlos da Silveira F. de Camello

Antonio de Herrera Freire

Yoni Garcia Lobo Perino

Essequiel dos Silva. Pinky

Josef Margm. v. der Schra

August 1st 1891

Francisco D. Herrera Marquez

Manuel Pereira de Souza

Edmundo dos Santos Lertai

John Thomas and Son

Belmont House

Ex. 1

O. Notario

Manuel Rodriguez Jones

e Vota

Este teste escrito
na foi pago hoje
na Tesouraria da Tri-
buna Publica deste
Concelho, por meio
de qual archivada no
mapa dos documentos
relativos a este livro. Impago
(Com locação M)

The collage consists of several overlapping historical documents. The most prominent ones are:

- Top Left:** A document with the name "My James" written in large, stylized letters. Below it, there are smaller, less legible entries, possibly from a census or church record.
- Top Center:** Another document with "My James" written in large letters, similar to the one on the left.
- Top Right:** A document with "My James" written in large letters, and below it, the word "JAMES" is visible.
- Middle Left:** A document with "My James" written in large letters, and below it, the word "JAMES" is visible.
- Middle Center:** A document with "My James" written in large letters, and below it, the word "JAMES" is visible.
- Middle Right:** A document with "My James" written in large letters, and below it, the word "JAMES" is visible.
- Bottom Left:** A document with "My James" written in large letters, and below it, the word "JAMES" is visible.
- Bottom Center:** A document with "My James" written in large letters, and below it, the word "JAMES" is visible.
- Bottom Right:** A document with "My James" written in large letters, and below it, the word "JAMES" is visible.

The documents appear to be from the 19th century, based on the handwriting and the style of the paper. The names "My James" and "JAMES" are written in a way that suggests they are part of a larger record, possibly a census or a church register.

Um trinta e um e julho de mil novecentos e vinte e dois (nesta) digo dois, no lugar do Brasil, freguesia do Bomfim, Comarca da Estarreja e me-
ratos do primeiro intergente, para onde foi re-
clamada a minha presença, ante mim Manuel
Rodrigues Gomes, notário nesta comarca e as
testemunhas ilustres, minhas Confidencias, as fin-
designadas, compareceram: Dm. lado, C-
mo primeiro intergente, Gualberto Antonio Lopes dos
Santos, viúvo, proprietário, residente nesta
sua casa e de outro lado, como segundos
intergentes ^{repp} e filhos, queros e nora - Maria José
e Vinces de Silva com seu marido José Maria Lo-
pes Justino, lavradores, do lugar da Lagoinha,
desta freguesia; Rosa de Jesus com seu marido